

OPHIUSSA

REVISTA DO CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

ISSN 1645-653X
E-ISSN 2184-173X



CENTRO DE ARQUEOLOGIA
DA UNIVERSIDADE
DE LISBOA

uniarq

5 - 2021

RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS



TAVARES DA SILVA, C. – SOARES, J. (coords.), 2020

O sítio arqueológico da Gaspeia e a neolitização do território de Alvalade – Sado

Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal/Associação de Municípios da Região de Setúbal. 326 p. (Setúbal Arqueológica, 19). [ISSN 0872-3451]

JOÃO LUÍS CARDOSO

Professor catedrático
Vice-Reitor da Universidade Aberta (Lisboa)
Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (CMO)
Academia das Ciências de Lisboa
ICArEHB (Universidade do Algarve)
UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa
cardoso18@netvisao.pt

<https://doi.org/10.51679/ophiussa.2021.92>

Gaspeia: uma monografia exemplar

Tive o prazer de apresentar publicamente a monografia intitulada *O sítio arqueológico da Gaspeia e a neolitização do território de Alvalade-Sado* aquando do encerramento das Jornadas de Arqueologia de Palmela, no final da tarde do dia 19 de junho de 2021, a convite da Doutora Joaquina Soares, co-coordenadora com Carlos Tavares da Silva, da obra em apreço. É o texto então lido naquela ocasião que agora se apresenta, esperando que assim, de algum modo, se contribua para despertar o interesse pela leitura desta monografia exemplar e doravante incontornável no respeitante aos estudos sobre a génese do Neolítico do Ocidente peninsular.

*

A primeira intervenção arqueológica na Gaspeia foi realizada aquando da sua identificação, em 1981, com o apoio dos trabalhadores agrícolas e da população local da povoação de Alvalade. Mais tarde, entre 2002 e 2003, teve lugar outra intervenção no âmbito dos trabalhos então efectuados na ferrovia que por ali passa, o que determinou a selecção das áreas a escavar. Mas foi o projecto de criação do núcleo museológico de Alvalade, dedicado à Arqueologia daquele território que catalisou, no dizer dos coordenadores da edição, a preparação da presente monografia, realizada entre 2019 e 2020.

A importância científica deste sítio reside na identificação de uma ocupação do Mesolítico Final instalada em pleno ambiente fluvial do Alto Sado, onde nenhuma outra era até então conhecida, a que se sucede a instalação de um povoado do Neolítico Antigo evolucionado, cujo estudo acrescentou informação relevante para o conhecimento do processo de neolitização do Sudoeste peninsular, objecto de detalhada análise no final do volume.

A obra inicia-se com a caracterização geológica da bacia cenozóica de Alvalade, em resultado dos estudos em boa parte levados a cabo pelo antigo Centro de Estratigrafia e Paleobiologia da Universidade Nova de Lisboa, de que é justo destacar Miguel Telles Antunes e João Pais, este infelizmente prematuramente desaparecido. Segue-se breve enquadramento paisagístico, botânico zoológico e climático na actualidade, bem como síntese dos conhecimentos sobre as presenças humanas anteriores ao Mesolítico.

No respeitante à ocupação mesolítica, concluíram os autores tratar-se de um acampamento datado

pelo radiocarbono entre 6030 e 5720 cal BC, implantado em terrenos arenosos, pontuados por pinheiros bravos, pinheiros mansos, sobreiros e provavelmente azinheiras, com o Sado correndo ao lado, em local propício a bebedouro.

Após hiato de algumas centenas de anos, o mesmo local assistiu à fixação de uma comunidade do Neolítico Antigo evolucionado; para os autores, a manutenção das estratégias de subsistência e mobilidade, como da própria natureza da ocupação, incluindo a tipologia das estruturas domésticas (unicamente de combustão) encontradas, a par das indústrias líticas, configura o retorno, ao mesmo local, centenas de anos depois, do mesmo grupo já neolitizado, corroborando assim uma das ideias que os autores mais consequentemente têm apresentado desde os primórdios da década de 1980: o “protagonismo das populações autóctones do Mesolítico Final do sudoeste peninsular no processo de neolitização”.

As escavações abrangem uma área de 219 m², permitindo identificar uma ocupação polinucleada do espaço no decurso do Neolítico, integrando uma rede de povoamento ao longo dos cursos de água da região, tanto do Sado como das ribeiras de Campilhas e Roxo.

Entre as cerâmicas encontram-se presentes as diversas técnicas e padrões decorativos característicos do Neolítico Antigo evolucionado: decorações impressas (incluindo raras cardiais), associadas às técnicas “boquique”, incisa e plástica, justificando a atribuição do sítio, à falta de datações absolutas, por ausência de matérias orgânicas susceptíveis de utilização, entre os dois últimos séculos do 6.º e os meados do 5.º milénio cal BC, com numerosos exemplos na Estremadura, região que estaria em conexão longínqua com esta região, por via do corredor constituído pelo Sado.

As indústrias líticas neolíticas configuram continuidades com as mesolíticas: é o que se conclui do estudo das técnicas de talhe, em ambos os conjuntos com predomínio da percussão indirecta, conduzindo à obtenção de indústrias lamelares de acentuado microlitismo, com presença de segmentos produzidos segundo a técnica do microburil e retoque abrupto. As matérias-primas são também as mesmas (essencialmente seixos rolados de quartzo e elementos chérticos do complexo Vulcano-Sedimentar de Cercal/S. Luís), reproduzindo a estratégia de captação então

adoptada, com o acréscimo do sílex (agora com 11,5%, ao contrário dos cerca de 5% no Mesolítico), cuja origem poderia situar-se em parte na região da Arrábida (reforçando assim as semelhanças observadas nas cerâmicas entre as duas regiões), e/ou na de Santiago do Cacém. Esta matéria-prima, somada ao cherte, existente a cerca de 35 km, atinge quase o mesmo valor da matéria-prima de substituição, o quartzo leitoso (com 44,9%), disponível localmente.

É de assinalar a presença de um único fragmento de machado de pedra polida, de eclogito, com excelente polimento, contrastando com as produções de pedra polida desta mesma época, em geral de pequenas dimensões, e executadas em rochas disponíveis localmente ou nas proximidades dos sítios povoados, quase sempre de qualidade sofrível. Contudo, a ocorrência, nesta mesma época e em diversas estações (Moita da Ladra, Cortiçóis, Encosta de Sant’Ana), de exemplares de fibrolite com polimento excepcional, de cunho simbólico, aliás representados por dois exemplares na colecção de objectos de pedra polida também estudados no capítulo seguinte desta obra, levanta a hipótese de, também esta peça, corresponder a um exemplar não funcional, cuja matéria-prima teria de ser procurada a uma distância mínima de 70 km.

A organização do espaço doméstico no Mesolítico, segundo os autores, é já compatível com população semi-sedentária. Tal evidência reforça-se no Neolítico, com estruturas de combustão igualmente repletas de seixos rolados, mas de maior diversidade morfológica, e organizadas “em bateria”, configurando uma actividade especializada, e feita em regime intensivo, como comprovam as 26 ocorrências identificadas, que permitiriam o processamento e conservação de quantidades apreciáveis de carne, ou peixe, que não seriam apenas consumidas localmente: surge assim a possibilidade de se estar perante um estabelecimento especializado de Outono/Inverno com a redistribuição de tais produtos a nível regional. De novo, e em maior abundância, identificaram-se placas de barro cozido com a superfície alisada e com linhas incisadas como as observadas no Mesolítico, cujo significado nos escapa: mas a sua continuidade entre duas comunidades tão distintas dá que pensar, evocando os pisos decorados de barro do Bronze Final da Beira Interior dados a conhecer por Raquel Vilaça ou até os de épocas mais tardias, como os pisos de argila decorados da Cultura Castreja do

Norte de Portugal. Tais motivos foram seleccionados para a capa da monografia, pela sua natureza insólita e inexplicada aos nossos olhos. A sua utilização como revestimento das fossas escavadas na areia foi também registada; tal preocupação justifica-se, dada a acentuada dissipação do calor produzido no interior destas, caso não fossem assim revestidas, funcionando este como isolante térmico. Tais placas de barro circunstancialmente cozido evidenciaram o uso (ou cultivo) do trigo e da cevada: um dos mais interessantes resultados obtidos foi a identificação de impressões de tais espécies, no barro de revestimento, tanto dos pisos, como das paredes das fossas.

Tal como se verificou no Mesolítico, existem estruturas de combustão repletas de artefactos líticos, enquanto outras, a larga maioria, não tinha nenhum, ou quase nenhum, situação que carece de explicação, a qual poderá ulteriormente ser procurada com base nos imensos materiais de apoio a esta monografia, conservados em arquivo, como é declarado pelos autores, doravante disponível.

Os estudos antracológicos estiveram a cargo de João Pedro Tereso e de Paula Queiroz, revelando as espécies acima referidas; a caracterização petrográfica preliminar das matérias-primas foi realizada por Patrícia Jordão; a caracterização das impressões de macrorrestos vegetais esteve a cargo de Hans-Peter Stika; e os estudos traceológicos de artefactos líticos deveram-se a Marina Igreja.

Uma última nota merece ser destacada: é que a pluridisciplinaridade que conduziu a tão bons resultados nesta obra, tem sido de há muito praticada pelos seus coordenadores. Tenho presente as boas recordações que conservo do Curso de Antropologia Pré-Histórica, ministrado no MAEDS entre 1980 e 1983, pós-graduação pioneira de nível universitário *avant la lettre*, onde tive o prazer de leccionar e até de montar o laboratório de sedimentologia, prevendo-se mesmo que a Gaspeia fosse uma das estações ali estudadas, como outras. Não foi isso que aconteceu no respeitante à Gaspeia, mas nem por tal motivo a Geologia deixou de se constituir, de forma natural, um dos vectores estruturantes desta obra, a começar pelo estudo assinado pelo Doutor Georges Zbyszewski, elaborado precisamente aquando da leccionação deste eminente geólogo e arqueólogo no referido Curso. Na verdade, esta monografia em boa hora concluída, iniciou-se há

precisamente 40 anos !!! Que diferença, comparando com os *papers* hoje em dia tantas vezes apressadamente redigidos, às vezes repetitivos e sobre temáticas abordadas de forma oportunística, porque o tempo não dá para mais, na ânsia de se cumprirem metas bibliométricas por outrem impostas...

Depois da caracterização da ocupação mesolítica e da ocupação neolítica da Gaspeia, a terceira parte do volume é dedicada ao estudo de uma colecção de 140 exemplares de pedra polida e de pedra bujardada reunidos por diversos grupos de habitantes da região, correspondendo a 11 conjuntos distintos.

Este capítulo, realizado em co-autoria com Paulo Fonseca, da Faculdade de Ciências de Lisboa, a que se sucede o catálogo detalhado de toda a colecção, deve ser entendido como a prestação de um serviço relevante à comunidade de Alvalade, que coligiu a quase totalidade daqueles artefactos, para serem agora integrados no seu novo espaço museológico. O simples facto de existirem em tão alto número releva para as crenças mais profundas das populações rurais do nosso país, que atribuíam a estas estranhas pedras o nome de *coriscos*, ou pedras de raio, caídas na terra em dia de trovoadas, protectoras de casas e das pessoas contra tais malefícios... E, a propósito de tradições populares, o nome Alvalade merece um curto comentário, evocando a polémica entre David Lopes, nas páginas da *Revista Lusitana*, que via em Alvalade a evolução do latim *palatiu-*, através da forma arabisada *Albalat*, e Joaquim da Silveira, que, nas páginas da mesma revista, entendia uma origem árabe, atribuindo ao vocábulo *Al-Balat*, presente em outros locais do País, o significado de via lajeada, numa alusão à via militar romana como designação locativa dos locais por onde aquelas passavam, mais tarde Estradas Reais. É uma polémica esquecida, e que recordo agora, evocando o ilustre arabista e amigo José Pedro Machado, em cujo Livro de Homenagem, editado pela Academia Portuguesa da História, publiquei artigo onde se evocava aquele diferendo, mencionado na correspondência de David Lopes para José Leite de Vasconcelos.

É de grande interesse este capítulo, tão invulgar nas publicações da actualidade, onde os artefactos desprovidos de proveniência e indicações estratigráficas precisas são via de regra ignorados. E, no entanto, tantas são as informações que este conjunto, de cronologia genericamente neolítica, proporcionou, com

base num estudo científico metodologicamente rigoroso, que faz lembrar o pioneirismo de Estácio da Veiga, mas agora passado pelo crivo do rigor do método científico, configurando mais um exercício de natureza transdisciplinar evidenciado neste volume. Acresce o interesse de dar a conhecer dois exemplares de pedra polida de comprimento excepcional, únicos no seu género e cuja funcionalidade se desconhece em absoluto, um deles com 85 cm o outro com mais de 1 metro de comprimento, por certo os maiores até agora conhecidos!

A reconstituição cartográfica dos locais de recolha dos exemplares estudados permitiu apresentar novos elementos sobre a distribuição das estações do Neolítico Antigo na região de Alvalade, e, com elas, propor um modelo para a ocupação do território no Neolítico Antigo, privilegiando a ocupação ao longo das linhas de água, em terrenos propícios a uma agricultura incipiente. Aspecto importante é a associação de espólios numerosos (18 elementos de mó) ao vaso do Monte da Vinha, conservado no Museu Nacional de Arqueologia, sugerindo deste modo a associação de um povoado a este exemplar, de natureza por certo funerária, como foi recentemente demonstrado pelos dois vasos publicados oriundos do casco antigo da cidade de Lisboa, o dos Armazéns Sommer e o do Palácio Ludovice.

O Capítulo IV, com que se encerra este volume inspirador é preenchido pela apresentação de perspectivas que vêm desde há mais de 50 anos a serem consistentemente discutidas pelos autores, que têm acumulado um conjunto de informações e de elementos de observação únicos, sem dúvida o repositório informativo mais importante recolhido até hoje sobre o processo de neolitização em Portugal. Tal realidade, dá-lhes evidente autoridade científica para a apresentação de proposta consistente respeitante ao sudoeste do território português, área que conhecem como ninguém, apoiada em bibliografia pertinente.

Os autores reafirmam a validade de um modelo já de há muito por eles defendido: aproveito esta oportunidade para evocar apresentação no dia 30 de Outubro de 2007, em Colóquio que tive o gosto de promover na Sociedade de Geografia Lisboa, da comunicação intitulada *Osmose cultural e neolitização na Pré-História europeia. A propósito da transição Mesolítico-Neolítico no sul de Portugal*, nesse mesmo ano publicada no volume 15 dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. O modelo então

apresentado é o mesmo, privilegiando a imprevisibilidade como factor determinante à realidade observada, de percolação geográfica, opondo-se à teoria da *colonização marítima pioneira*, resultante de um suposto processo com origem e fim bem identificados.

Importa ter presente, na análise da argumentação em causa a favor de um e de outro ponto de vista, que a simples presença de cerâmicas em contextos arqueológicos não é suficiente, por si só, para se admitir a existência de populações neolíticas: em 2013, os autores da obra em apreço defenderam explicitamente a existência de comunidades mesolíticas que utilizavam recipientes cerâmicos, não apenas no vale do Sado, mas também no vale do Tejo. Ainda muito recentemente, tal evidência veio a ser comprovada em artigo onde se documentou estratigraficamente no Cabeço da Amoreira tal evidência, não correspondendo tais cerâmicas, como se julgava até agora, a intrusões neolíticas mais modernas. Mesmo em estações do interior do território, como as do curso médio do Guadiana, reconheceu-se a associação de indústrias líticas de cunho mesolítico a produções cerâmicas, situação que levantou dúvidas quanto à efectiva integração cultural daquelas estações. A única explicação que, segundo os autores desta obra, desde logo se imporia, seria a de lhes atribuir natureza mesolítica, nas quais as produções cerâmicas resultaram de apropriação efectuada pelos seus habitantes integrando-as no respectivo quotidiano. Esta realidade articula-se, aliás, com a verificada em outras cronologias e contextos, como a presença de peças de ferro em contextos do Bronze Final do território português, aqui chegadas pelo comércio marítimo de origem mediterrânea, em época pré-colonial. A palavra interacção pressupõe, assim, a existência de diversos ritmos de neolitização por parte de populações confinantes, num tempo longo, que abarca centenas de anos de coexistência.

Esta evidência obrigaria, assim, tendo presente a opinião dos autores, a afastar a hipótese de uma substituição rápida e generalizada de autóctones mesolíticos por camponeses neolíticos aqui chegados em meados do 5.º milénio cal BC e instalados em zonas até então desocupadas (como se tais áreas tivessem realmente existido, e não fossem, mais provavelmente, o resultado da falta de informação arqueológica), como preconizam os paladinos da teoria da *colonização marítima pioneira*, por populações portadoras de

cerâmicas cardiais. Na verdade, aos supostos primeiros focos neolíticos do território português, inicialmente localizados no extremo sul-ocidental (Cabranosa e Padrão) e na região do Maciço Calcário, vieram juntar-se sítios coevos situados geograficamente em regiões intermédias, como é o caso do importante povoado de Lameiras, Sintra. E muitos outros sítios haverá ainda por identificar produzindo os devidos efeitos erosivos numa teoria que, como qualquer outra de natureza interpretativa, tem de estar em sintonia permanente com as evidências empíricas que se vierem sucessivamente a revelar.

A importância do registo empírico é de facto essencial, e os autores, com uma experiência de meio século de escavações em estações do Neolítico Antigo do litoral sudoeste, possuem a autoridade científica acrescida para a sua discussão e interpretação, até pelo facto da evidência empírica disponível ter sido, no respeitante ao Sudoeste português, essencialmente por eles próprios recolhida. Não resisto a citar, a tal respeito, a seguinte passagem da obra (p. 307), reportando-se aos paladinos do modelo de neolitização acima referido: *Na sua mais recente e melhorada variante já são admitidos contactos entre "indígenas" mesolíticos e "colonizadores" neolíticos, os quais se deslocam por navegação de cabotagem em "saltos" de 300-450 km, gerados computacionalmente, com visível escassez de informação arqueológica, por via de selecção de sítios aparentemente "preconceituosa".* Entre os sítios assim omitidos do registo arqueológico figura o povoado de Vale Pincel I, o qual, desde 1981, se encontra publicado pelos autores da presente monografia. Ali se recolheram cerâmicas decoradas não cardiais associadas a datações muito mais antigas do que as que têm sido associadas aos putativos colonizadores. Provenientes de várias estruturas de combustão, necessariamente de vida curta, dataram-se carvões, alguns também pertencentes a espécies de vida curta, condizentes com o segundo quartel do sexto milénio BC. Merece destaque a tal respeito uma escama de pinha de pinheiro manso recolhida na Estrutura 8, correspondente ao intervalo de 5760-5569 cal BC, associado a um vaso com decoração impressa. Naturalmente, a efectiva associação destas duas evidências - cronologia absoluta obtida sobre uma escama de pinha de pinheiro manso e vaso neolítico com decoração impressa - pode sempre questionar-se, mas ao

fazê-lo, não será a própria legitimidade do método arqueológico que se coloca em causa, só porque a realidade posta em evidência é diferente daquela que "deveria" ser na perspectiva dos seus opositores?

Na verdade, a referida cronologia é condizente com a existência de um Neolítico Antigo no Mediterrâneo Ocidental mais antigo que as produções cardiais, o qual foi por muito tempo negligenciado, por vezes pelos mesmos que depois o aceitaram, com destaque para Jean Guilaine. Esta nova entidade arqueológica, que recebeu a designação por Jean Louis Roudil de Liguriense na zona epónima, caracterizada por produções com a técnica impressa, com datas entre 5800-5600 cal BC encontra-se igualmente representada no litoral norte africano por produções comparáveis e com idêntica cronologia, de onde teriam passado sem dificuldade aos litorais mediterrâneo e atlântico da Península assim se explicando a cronologia de Vale Pincel 1 entre as situadas naquele intervalo de tempo, antecedendo de perto as estações de Cabranosa e de Padrão, já com produções decoradas com a impressão do *cardium* em número razoável de exemplares. Assim se teria constituído regionalmente um Neolítico Arcaico, o qual teria evoluído, contando naturalmente com impulsos exógenos, para um Neolítico Antigo Evolucionado, a que pertence a Gaspeia, a partir do último quartel do 6.º milénio BC, sem prejuízo de, na mesma área geográfica ainda existirem populações vivendo nos estádios finais do Mesolítico, corporizando a existência de um mosaico cultural a que os Autores conferem pleno significado. É a situação já pressentida por alguns arqueólogos da primeira metade do século XX, como Mendes Corrêa para as populações de Muge, vivendo isoladas e auto-suficientes, então ditas prisioneiras de uma paralisia do engenho plena de dramatismo, ainda que em processo de acentuada sedentarização. Na verdade, tal situação resultava simplesmente da "lei do menor esforço" com a plena adaptação das populações e das suas exigências às condições oferecidas pelo meio natural envolvente, populações que só alteraram o seu modo de vida quando as modificações das condições ambientais já não proviam o seu sustento. Trata-se, simplesmente como agora sabemos, de processo de transformação (mas não de evolução) "a várias velocidades", parafraseando a terminologia da dita "construção europeia" dos dias de hoje.

O importante é manter, no tocante à neolitização do território português, as diversas vias interpretativas em aberto, e, consoante os factos efectivos de observação que se forem paulatinamente produzindo, ter a capacidade para acolher novas interpretações, consentâneas com a realidade observada, tendo presente, também, o progresso dos conhecimentos em áreas geográficas contíguas.

Em suma: esta obra, articulada em 4 capítulos, numa sequência perfeita e envolvente, lê-se de uma assentada, podendo o leitor seguir a par e passo a demonstração plena, através dos resultados concretos obtidos pelos autores das suas próprias escavações, as conclusões doravante incontornáveis para a reconstituição por eles apresentada não só para a ocupação humana da Gaspeia e do território envolvente de Alvalade, mas para todo o litoral sudoeste, nessa aventura

irreversível, ditada pelas circunstâncias, a que se chamou Neolitização.

Apesar de todo esforço despendido, expresso pelo volume de observações reunidas a nível regional e trans-regional englobando todo o litoral do sudoeste peninsular, os autores reconhecem “a necessidade de intensificar a investigação neste domínio específico para confirmar ou negar as hipóteses levantadas”. Não poderia, pois, acabar melhor uma obra que, desde a primeira à última linha se pautou sempre por uma rigorosa aproximação científica, dando a prioridade aos trabalhos de campo, que é onde tudo começa, depois prosseguidos no gabinete, com a aturada e exaustiva análise dos espólios arqueológicos, por vezes repetitiva, mas absolutamente indispensável à construção do conhecimento...

POLÍTICA EDITORIAL

A *Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa foi iniciada sob a direcção de Victor S. Gonçalves em 1996, tendo sido editado o volume 0. O volume 1 (2017) é uma edição impressa e digital da UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

O principal objectivo desta revista é a publicação e divulgação de trabalhos com manifesto interesse, qualidade e rigor científico sobre temas de Pré-História e Arqueologia, sobretudo do território europeu e da bacia do Mediterrâneo.

A *Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa publicará um volume anual. A partir de 2018, os artigos submetidos serão sujeitos a um processo de avaliação por parte de revisores externos (peer review). O período de submissão de trabalhos decorrerá sempre no primeiro trimestre e a edição ocorrerá no último trimestre de cada ano.

A revista divide-se em duas secções: artigos científicos e recensões bibliográficas. Excepcionalmente poderão ser aceites textos de carácter introdutório, no âmbito de homenagens ou divulgações específicas, que não serão submetidos à avaliação por pares. Isentas desta avaliação estão também as recensões bibliográficas.

Todas as submissões serão avaliadas, em primeira instância, pela Coordenação Editorial, no que respeita ao seu conteúdo formal e à sua adequação face à política editorial e às normas de edição da revista. Os trabalhos que cumprirem estes requisitos serão posteriormente submetidos a um processo de avaliação por pares cega / *blind peer review* (mínimo de dois revisores). O Conselho Científico, constituído pela direcção da UNIARQ e por investigadores externos, acompanhará o processo de edição.

Esta etapa será concretizada por investigadores externos qualificados, sendo os respectivos pareceres entregues num período não superior a três meses. Os revisores procederão à avaliação de forma objectiva, tendo em vista a qualidade do conteúdo da revista; as suas críticas, sugestões e comentários serão, na medida do possível, construtivos, respeitando as capacidades intelectuais do(s) autor(es). Após a recepção dos pareceres, o(s) autor(es) tem um prazo máximo de um mês para proceder às alterações oportunas e reenviar o trabalho.

A aceitação ou recusa de artigos terá como únicos factores de ponderação a sua originalidade e qualidade científica. O processo de revisão é confidencial, estando assegurado o anonimato dos avaliadores e dos autores dos trabalhos, neste último caso até à data da sua publicação.

Os trabalhos só serão aceites para publicação a partir do momento em que se conclua o processo da revisão por pares. Os textos que não forem aceites serão devolvidos aos seus autores. O conteúdo dos trabalhos é da inteira respon-

sabilidade do(s) autor(es) e não expressa a posição ou opinião do Conselho Científico ou da Coordenação Editorial. A Revista *Ophiussa* segue as orientações estabelecidas pelo *Committee on Publication Ethics* (COPE, Comité de Ética em Publicações): <https://publicationethics.org/>.

O processo editorial decorrerá de forma objectiva, imparcial e anónima. Erros ou problemas detetados após a publicação serão investigados e, se comprovados, haverá lugar à publicação de correções, retratações e/ou respostas. As colaborações submetidas para publicação devem ser inéditas. As propostas de artigo não podem incluir qualquer problema de falsificação ou de plágio. Para efeito de detecção de plágio será utilizada a plataforma URKUNDU (<https://www.urbund.com/pt-br/>).

As ilustrações que não sejam do(s) autor(es) devem indicar a sua procedência. O Conselho Científico e a Coordenação Editorial assumem que os autores solicitaram e receberam autorização para a reprodução dessas ilustrações, e, como tal, rejeitam a responsabilidade do uso não autorizado das ilustrações e das consequências legais por infracção de direitos de propriedade intelectual.

É assumido que todos os Autores fizeram uma contribuição relevante para a pesquisa reportada e concordam com o manuscrito submetido. Os Autores devem declarar de forma clara eventuais conflitos de interesse. As colaborações submetidas que, direta ou indiretamente, tiveram o apoio económico de terceiros, devem claramente declarar essas fontes de financiamento.

Os textos propostos para publicação devem ser inéditos e não deverão ter sido submetidos a qualquer outra revista ou edição electrónica. Aceitam-se trabalhos redigidos em português, inglês, espanhol, italiano e francês.

Esta edição disponibiliza de imediato e gratuitamente a totalidade dos seus conteúdos, em acesso aberto, de forma a promover, globalmente, a circulação e intercâmbio dos resultados da investigação científica e do conhecimento.

A publicação de textos na *Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa não implica o pagamento de qualquer taxa nem dá direito a qualquer remuneração económica.

Esta publicação dispõe de uma versão impressa, a preto e branco, com uma tiragem limitada, que será distribuída gratuitamente pelas bibliotecas e instituições mais relevantes internacionalmente, e intercambiada com publicações periódicas da mesma especialidade, que serão integradas na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Conta, paralelamente, com uma versão digital, a cores, disponibilizada no endereço www.ophiussa.letras.ulisboa.pt, onde se pode consultar a totalidade da edição.

Para mais informações: ophiussa@letras.ulisboa.pt

EDITORIAL POLICY

Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa started in 1996, with the edition of volume 0. From 2017, this journal is a printed and digital edition of UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.

The main objective of this journal is the publication and dissemination of papers of interest, quality and scientific rigor concerning Prehistory and Archeology, mostly from Europe and the Mediterranean basin.

Ophiussa – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa will publish an annual volume. From 2018, submitted articles will be subject to a peer-review evaluation process. The submission period will always occur in the first quarter of each year and the edition will occur in the last quarter.

The journal is divided into two sections: scientific articles and bibliographic reviews. Exceptionally, texts of an introductory nature may be accepted, in the context of specific tributes or divulgations, which will not be submitted to peer-review evaluation. Exemptions from this evaluation are also the bibliographic reviews.

All submissions will be considered, in the first instance, by the Editorial Board, regarding its formal content and adequacy in face of the editorial policy and the journal's editing standards. Papers that meet these requirements will subsequently be submitted to a blind peerreview process (minimum of two reviewers). The Scientific Council, constituted by the directors of UNIARQ and external researchers, will follow the editing process.

This stage will be carried out by qualified external researchers, and their feedback will be delivered within a period of no more than two months. The reviewers will carry out the evaluation in an objective manner, in view of the quality and content of the journal; their criticisms, suggestions and comments will be, as far as possible, constructive, respecting the intellectual abilities of the author(s). After receiving the feedback, the author(s) has a maximum period of one month to make the necessary changes and resubmit the work.

Acceptance or refusal of articles will have as sole factors of consideration their originality and scientific quality. The review process is confidential, with the anonymity of the evaluators and authors of the works being ensured, in the latter case up to the date of its publication.

Papers will only be accepted for publication as soon as the peer review process is completed. Texts that are not accepted will be returned to their authors. The content of the works is entirely the responsibility of the author(s) and does not express the position or opinion of the Scientific Council or Editorial Board. The Journal *Ophiussa* follows the guidelines established by the Committee on Publication Ethics (COPE, the Ethics Committee Publications): <https://publicationethics.org/>

The editorial process will be conducted objectively, impartially and anonymously. Errors or problems detected after publication will be investigated and, if proven, corrections, retractions and / or responses will be published. Contributions submitted for publication must be unpublished. Article submissions can not include any problem of forgery or plagiarism. In order to detect plagiarism, the URKUNDU platform will be used.

Illustrations that are not from the author(s) must indicate their origin. The Scientific Council and Editorial Board assume that the authors have requested and received permission to reproduce these illustrations and, as such, reject the responsibility for the unauthorized use of the illustrations and legal consequences for infringement of intellectual property rights.

It is assumed that all Authors have made a relevant contribution to the reported research and agree with the manuscript submitted. Authors must clearly state any conflicts of interest. Collaborations submitted that directly or indirectly had the financial support of third parties must clearly state these sources of funding.

Texts proposed for publication must be unpublished and should not have been submitted to any other journal or electronic edition. Works written in Portuguese, English, Spanish, Italian and French are accepted.

The publication of texts in *Ophiussa* – Revista do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa does not imply the payment of any fee nor does it entitle to any economic remuneration.

This edition immediately and freely provides all of its content, in open access, in order to promote global circulation and exchange of scientific research and knowledge. This publication has a limited printed edition in black and white, which will be distributed free of charge by the most relevant international libraries and institutions, and exchanged with periodicals of the same specialty, which will be integrated in the Library of Faculdade de Letras of Universidade de Lisboa. It also has a digital version, in color, available at address <http://ophiussa.letras.ulisboa.pt>, where one can consult the entire edition.

For more information contact: ophiussa@letras.ulisboa.pt

ÍNDICE

O tecno-complexo Acheulense em Portugal: contribuição para um balanço dos conhecimentos	5
CARLOS FERREIRA, JOÃO PEDRO CUNHA-RIBEIRO, EDUARDO MÉNDEZ-QUINTAS	
Brief overview of zooarchaeological research within the framework of Middle Palaeolithic subsistence theories	31
MARIANA NABAIS	
A distribuição espacial dos materiais líticos da UE003 do Rodo: testemunho de reocupações do sítio ao longo do Tardiglaciar?	47
CRISTINA GAMEIRO, THIERRY AUBRY, BÁRBARA COSTA, SÉRGIO GOMES, YANN LE JEUNE, CARMEN MANZANO, MAURIZIO ZAMBALDI	
O sítio do Neolítico Antigo de Montum de Baixo (Melides – Alentejo Litoral)	63
JOAQUINA SOARES, CARLOS TAVARES DA SILVA, SUSANA DUARTE	
A economia alimentar em Chibanes (Setúbal) – horizonte campaniforme	103
JOÃO LUÍS CARDOSO, CARLOS TAVARES DA SILVA, JOAQUINA SOARES, FILIPE MARTINS	
Luto en la cara: ablaciones de duelo en el Mediterráneo Ancestral	131
ÁLVARO GÓMEZ PEÑA, JOSÉ LUIS ESCACENA CARRASCO	
Dois conjuntos anfóricos do Castelo de São Jorge (Lisboa): Largo de Santa Cruz do Castelo e Pátio José Pedreira	155
VICTOR FILIPE	
A face romana de Santa Olaia (Figueira da Foz, Portugal) – uma leitura possível a partir da cultura material	183
RICARDO COSTEIRA DA SILVA, SARA OLIVEIRA ALMEIDA, ISABEL PEREIRA	
Cerâmica estampada britânica em Portugal (1780-1920). Identidade, domesticidade e relações	207
TÂNIA CASIMIRO, INÊS CASTRO, TIAGO SILVA	
Recensões bibliográficas	217
(TEXTOS: JOÃO LUÍS CARDOSO, ANA CATARINA SOUSA, VICTOR S. GONÇALVES, FRANCISCO B. GOMES, PEDRO ALBUQUERQUE, LEYRE MORGADO-RONCAL)	
Política editorial	235
Editorial policy	243